

2 anexos**Anexo .pdf**

1182K

**ANEXOS DE MARÇO DE 2025.pdf**

24378K

Natália Rios <natalya.rios@gmail.com>

29 de julho de 2025 às 21:45

Para: Promotoria de Justiça de Educação <proeduc@mppe.mp.br>

À

Excelentíssima Promotora de Justiça

Gilka Maria Almeida Vasconcelos de Miranda

MPPE – 29ª PJDCAP

Prezada Promotora,

Em atenção à solicitação encaminhada por este Ministério Público e à documentação enviada pelo Colégio Grêmio Educativo, venho, na qualidade de mãe e responsável legal pelos estudantes **Gustavo Henrique Rios de Moraes Pereira** e **Guilherme Augusto Rios de Moraes Pereira**, apresentar a seguinte manifestação:

1. Sobre os episódios de bullying

Os fatos relatados pela escola não correspondem integralmente à minha experiência enquanto mãe dos estudantes envolvidos. **Não fui formalmente comunicada, tampouco incluída em qualquer ação pedagógica, psicológica ou institucional específica sobre o caso.**

Procurei a psicopedagoga da escola e fui informada por ela que “**estava por fora**” do caso, e que o assunto estava sob responsabilidade exclusiva da Direção. Essa resposta evidenciou a **falta de articulação interna da equipe** e o distanciamento no acompanhamento familiar.

Além disso, **não tenho ciência de que meus filhos tenham participado de qualquer atividade, roda de conversa, atendimento psicológico ou projeto escolar relacionado ao combate ao bullying**, como os citados pela escola no documento enviado. **Também não fui informada sobre qualquer inclusão ou acompanhamento direcionado a eles.**

2. Sobre comunicação com a escola e o psicólogo escolar

Tenho enfrentado dificuldades recorrentes de contato com a direção da escola, inclusive com **mensagens não respondidas, ausência de retorno institucional e resistência ao uso de canais mais acessíveis, como o WhatsApp** — o que dificulta ainda mais a participação ativa de pais que, como eu, **lidam com uma rotina exaustiva e filhos com laudos médicos específicos**.

Ressalto que **só recentemente tomei conhecimento da existência e atuação de um psicólogo escolar**, pois **nunca fui comunicada formalmente sobre isso** ao longo dos anos de permanência dos meus filhos na instituição.

Quando tentei dialogar, fui abordada pelo psicólogo da escola de forma que me causou **constrangimento e sensação de intimidação**, por ele afirmar que comunicados haviam sido enviados por e-mail — canal que já informei não conseguir acessar com frequência — e por insistir que o WhatsApp não é o meio adequado, mesmo diante da

minha realidade.

3. Sobre minha presença constante e a ausência de diálogo direto

Compareço **diariamente à escola para levar meus filhos pessoalmente**, e procuro com frequência saber sobre o comportamento deles. No entanto, **nenhuma dessas oportunidades foi aproveitada pela escola para me informar diretamente sobre os episódios de bullying ou ações tomadas**. Essa ausência de comunicação presencial **reforça minha percepção de exclusão como responsável legal**.

4. Dificuldade em participar de reuniões presenciais

Reitero que **não me recuso a participar de reuniões**, mas **tenho grande dificuldade de comparecimento presencial por não ter com quem deixar meus filhos**, fato que já foi informado à equipe da escola. A insistência em marcar encontros sem considerar essa limitação **só aumenta minha sensação de não acolhimento**.

5. Sobre a persistência ou não dos episódios

Não posso afirmar com segurança se os episódios de bullying cessaram ou não, pois, com base em toda a experiência vivida, **não tenho confiança de que a escola me comunicaria prontamente em caso de novas ocorrências**. Essa falta de confiança nasce exatamente da ausência de retorno, do silêncio institucional e da falta de envolvimento direto comigo.

6. Sobre as medidas pedagógicas e psicológicas citadas

As **ações mencionadas no relatório da escola** — como intervenções, projetos e atendimentos psicológicos — **nunca foram apresentadas a mim de forma clara ou específica**, e **não tive qualquer confirmação ou participação no processo** de acompanhamento realizado com eles.

7. Impacto emocional sobre meu filho

Informo ainda, com profunda preocupação, que **um dos meus filhos passou a apresentar sinais de quadro depressivo após os episódios relatados**. Seu comportamento **mudou drasticamente** nos últimos meses — incluindo **apatia, baixa autoestima e forte recusa em ir para a escola**, afirmando verbalmente que “não”, quando eu pergunto se o mesmo quer ir pra escola. No momento **o mesmo está tendo acompanhamento com o neurologista pelo SUS**, e aguardando vaga para suporte psicológico contínuo pela rede pública. Esse impacto emocional real reforça o quanto a situação ultrapassa o limite pedagógico e exige acompanhamento com responsabilidade, sensibilidade e, acima de tudo, escuta ativa da família.

8. Considerações finais

Diante de tudo exposto, reafirmo que **não me sinto segura quanto ao tratamento do caso pela escola**, tanto pela condução dos fatos quanto pela forma limitada e excludente com que a comunicação tem sido feita.

Reitero minha disposição para contribuir com este Ministério Público, e confio que medidas mais transparentes, acessíveis e efetivas possam ser promovidas para assegurar os direitos dos meus filhos, inclusive o direito à proteção contra a violência e à convivência escolar segura.